

**Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:**

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

# Extensão universitária: Seminário de interação entre as licenciaturas em educação do campo de Mato Grosso do Sul

University extension: Interaction seminar between rural education licensure degree courses in Mato Grosso do Sul

Extensión universitaria: Seminario de interacción entre graduaciones en educación en campo de Mato Grosso do Sul



Jorge Luis D'Ávila

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil,

[jorge.avila@ufms.br](mailto:jorge.avila@ufms.br)

**Resumo:** Este texto trata da experiência obtida na dinâmica de extensão universitária, denominada Seminário de Integração realizado entre os cursos de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (LEDUCAMPO/UFMS) e a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal da Grande Dourados (LEDUC/UFGD). Teve como objetivo compreender como a socialização de experiências contribuiu no processo de formação inicial de professores do campo. As argumentações estão fundamentadas no método Materialismo Histórico-Dialético. Sendo que, os autores pesquisados foram: Caldart (2008), Coletivo de Autores

(1992), Frigoto (1991), Marx (1993, 1996, 1988), Molina (2011), Saviani (2007). Realizamos uma síntese dos relatos proferidos por professores, acadêmicos e representantes dos movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra, lideranças indígenas e quilombolas que participaram da referida ação de extensão, a qual tratou da resistência que as licenciaturas exercem sobre o Estado e o capital para garantir a manutenção e a ampliação das licenciaturas. Socializar os conhecimentos possibilitou a compreensão dos acadêmicos sobre a necessidade de ações que inter-relacionam a escola, os alunos e a comunidade.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Extensão universitária. Luta de classes.

**Abstract:** This text deals with the experience obtained in the dynamics of university extension, called Integration Seminar, held between the Licensure Degree Courses in Rural Education of the Federal University of Mato Grosso do Sul (LEDUCAMPO/UFMS) and the Federal University of Grande Dourados (LEDUC/UFGD). It aimed to understand how sharing experiences contributes to rural teachers' initial training. The arguments are based on the Historical-Dialectical Materialism method. Therefore, it explores the following authors: Caldart (2008), Coletivo de Autores (1992), Frigoto (1991), Marx (1996; 1993; 1988), Molina (2011), and Saviani (2007). We have carried out a synthesis of the reports provided by teachers, academics, and representatives of the social movements of landless workers, indigenous leaders, and quilombolas, who participated in the aforementioned extension action, regarding the resistance that licensure courses exert on the State and capital, to guarantee the maintenance and expansion of licensure degrees. Socializing knowledge enabled academics to understand the need for actions that interrelate the school, students, and the community.

**Keywords:** Class struggle. Rural education. University extension.

**Resumen:** Este texto aborda la experiencia obtenida en la dinámica de la extensión universitaria, denominada Seminario de Integración realizado entre las carreras de Licenciatura en Educación Rural de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (LEDUCAMPO/UFMS) y la Licenciatura en Educación Rural de la Universidad Federal de Grande Dourados (LEDUC/UFGD). Se pretende comprender cómo la socialización de experiencias contribuye al proceso de formación inicial de docentes rurales. Los argumentos se basan en el método del Materialismo Histórico-Dialéctico. Por lo tanto, los autores investigados fueron: Caldart (2008), Coletivo de Autores (1992), Frigoto (1991), Marx (1993, 1996, 1988), Molina (2011), Saviani (2007). Resumimos los informes de profesores, académicos y representantes de los movimientos sociales de los trabajadores sin tierra, líderes indígenas y quilombolas, que participaron en la citada acción de extensión sobre la resistencia que las carreras ejercen sobre el Estado y el capital, para garantizar el mantenimiento y la ampliación de las carreras. La socialización del conocimiento permitió que los académicos comprendan la necesidad de acciones que interrelacionen la escuela, los estudiantes y la comunidad.

**Palabras clave:** Educación rural. Extensión universitaria. Lucha de clases.

*Data de submissão:* 04/04/2025

*Data de aprovação:* 25/11/2025

## Introdução

Este texto é decorrente da experiência obtida na dinâmica de extensão universitária denominada Seminário de Integração entre os cursos de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (LEDUCAMPO/UFMS) e a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal da Grande Dourados (LEDUC/UFGD), realizado no mês de outubro de 2024, no campus da UFGD. Nesse ano, tais licenciaturas completaram dez anos de implantação como política de formação de professores.

Teve como objetivo compreender como a socialização de experiências contribuiu no processo de formação inicial de professores do campo, sinalizando para o impacto que essa experiência pode exercer nos territórios de alternância e nas escolas do campo, com vistas à construção de uma educação vinculada ao pensamento coletivo, na busca da superação da sociedade de modo de produção capitalista, que sucumbe o homem e a natureza em prol do desenfreado acúmulo do capital, transformando em mercadoria descartável tudo que pode gerar lucros extraordinários ao capitalista.

As referidas licenciaturas foram instituídas no ano de 2013, após a chamada do Ministério da Educação (MEC), por meio do Edital n. 2, de 31 de agosto de 2012, em cumprimento à Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002 e ao Decreto n. 7352, de 04 de novembro de 2010. A

LEDUCAMPO/UFMS tem como meta formar professores para o exercício do magistério em três áreas do conhecimento: Linguagem e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática. Cabe considerar que, após a reorganização do Projeto Político-Pedagógico no ano de 2019, seguindo a exigência da Reitoria, o curso deixou de oferecer a formação em Ciências da Natureza. No que diz respeito à LEDUC/UFMG, sua meta é formar licenciados para atuar nas Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

A criação dos cursos se deve ao fato de que o estado de Mato Grosso do Sul (MS) enfrenta problemas com a ausência ou a inadequação na formação de professores especialistas em Educação do Campo. A maioria dos professores que atuam nas escolas do campo reside na cidade e, com isso, não reconhecem a necessidade de uma educação diferenciada para a população do campo, “[...] que respeite as especificidades culturais e históricas como direito social de formação integral que considere o seu modo de viver e produzir.” (UFRB, 2013, p. 4).

A LEDUCAMPO e a LEDUC são organizadas por meio da Pedagogia da Alternância, sistema educativo que consiste na articulação entre o tempo universidade (TU), período no qual os alunos permanecem um período de aula na universidade, e tempo comunidade (TC), momento em que os acadêmicos retornam às suas propriedades familiares, ou às comunidades, ou aos territórios indígenas, ou aos assentamentos para aprimorar os conhecimentos

científicos, visando ao fortalecimento do trabalho pedagógico nas escolas do campo e seu entorno.

Metodologicamente, realizamos uma síntese dos relatos proferidos por professores, acadêmicos e representantes dos movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra, lideranças indígenas e quilombolas, que participaram da referida ação de extensão. Seus relatos dizem respeito à resistência que as licenciaturas exercem sobre o Estado e o capital, para garantir a manutenção e a ampliação das licenciaturas.

Para tanto, as argumentações estão fundamentadas no método materialismo histórico-dialético, que possibilita compreender de forma concreta e real a necessidade de desenvolver ações de extensão via Pedagogia da Alternância para formação de professores do campo.

Ao afirmar o materialismo como método de investigação da realidade social e do processo histórico, Marx não só propõe uma nova maneira de abordagem filosófica, mas também um novo procedimento para as Ciências Sociais. O Materialismo Histórico é resultado deste percurso do pensamento e da práxis de Marx. (Mafra; Camacho, 2017, p. 124)

O referido método possibilita assinalar o processo histórico da produção da vida material dos camponeses na perspectiva de compreender a opressão do capital sobre as classes dominadas e oprimidas. As ponderações são feitas por meio do processo de compreensão radical da natureza histórica do homem, de forma que ser radical “[...] é agarrar

as coisas pela raiz e raiz para o homem é o próprio homem” (Marx, 1993, p. 151). Tal raciocínio nos permite compreender a natureza do modo de produção vigente e sua relação com a dinâmica do Estado contemporâneo, responsável pela organização do ensino público no país.

A transformação da consciência, para pensar em possibilidades educacionais a serviço da classe trabalhadora, estabelece relação com a categoria práxis, essencial para que o futuro docente do campo reflita sobre as contradições existente no modo de produção capitalista e, conseqüentemente, no modelo de ensino brasileiro. Segundo Frigotto (1991), a categoria práxis é, por excelência, a dinâmica da ação política, fundamental para o desenvolvimento da formação docente.

Essas licenciaturas são caracterizadas pelo contraponto ideológico com as políticas educacionais elaboradas pelo estado de Mato Grosso do Sul (MS), onde se consolida um modelo de desenvolvimento econômico estruturado na pecuária extensiva e na monocultura, principalmente soja, milho e cana-de-açúcar com vistas à exportação, em detrimento da produção de alimentos básicos para consumo interno, desenvolvido principalmente pela agricultura familiar. Essa característica é uma herança da política de créditos agrícolas e dos incentivos fiscais aos grandes latifundiários, resultante dos governos militares.

Nesse sentido, a formação de professores do campo procura romper com a ideologia burguesa, contrária ao movimento da Educação do Campo, que tem como



característica a oposição aos fundamentos da subordinação do homem camponês às relações de exploração. A burguesia atua politicamente para o enfraquecimento da mobilização organizada pelos movimentos sociais ligados à terra, que tem como pauta principal a reforma agrária articulada com o direito à educação. Tal processo permitiria que os trabalhadores rurais ocupassem o cenário educacional, e a escola desenvolvesse um currículo que valorizasse o homem do campo e interrogasse “[...] a tradicional escola rural na sua forma de ensinar, de lidar com o conhecimento, de tratar as relações sociais que dentro dela ocorrem, de recusar vínculos com a comunidade que está ao seu redor” (Molina; Freitas, 2011, p. 20).

A fundamentação teórica dessas licenciaturas defende os interesses históricos da classe trabalhadora. Busca-se uma condução da sociedade visando construir uma hegemonia popular, sendo a participação do seminário de integração uma das possibilidades teórico-práticas a serviço da transformação social, em que os trabalhadores possam ter acesso aos resultados do seu trabalho.

Os acadêmicos debatem teorias com o propósito de entenderem que os interesses de classe são distintos e antagônicos. Isso nos permite salientar que a sociedade capitalista não oportuniza ao indivíduo a busca por objetivos comuns, e que a ascensão social não depende unicamente do esforço e do mérito de cada ser humano isoladamente. Assim, tal pensamento, difundido pela elite, tem como

objetivo mascarar a realidade social e a existência do conflito entre as classes sociais na busca de afirmar os interesses de cada classe.

O resultado do conflito entre a burguesia e os trabalhadores é o surgimento de uma pedagogia que constrói teoria, métodos e discursos sobre a prática social e a participação política dos homens na sociedade. É por esse caminho que o indivíduo se torna educado. Assim, a pedagogia é entendida na LEDUCAMPO e na LEDUC como “[...] a reflexão e teoria da educação capaz de dar conta da complexidade, globalidade, conflitividade e especificidade de determinada prática social que é a educação” (Coletivo de Autores, 1992, p. 27).

Uma pedagogia entra em crise quando suas explicações sobre a prática social já não mais convencem aos sujeitos das diferentes classes e não correspondem aos seus interesses. Nessa crise, outras explicações pedagógicas vão sendo elaboradas para lograr o consenso (convencimento) dos sujeitos, configurando as pedagogias emergentes, aquelas em processo de desenvolvimento, cuja reflexão vincula-se à construção ou manutenção de uma hegemonia. (Coletivo de Autores, 1992, p. 25)

As instituições de ensino superior citadas desenvolvem suas ações pedagógicas em busca da conscientização da necessidade de superar as práticas escolares burguesas, que têm como meta uma formação urbana, a qual desqualifica os povos do campo, das águas e das florestas, por entenderem que eles não são capazes de

produzir sua própria cultura. Dessa forma, os currículos das escolas urbanas devem ser adotados pelo campo, pois supostamente representam a modernidade.

Tal prática tem como objetivo esclarecer ao docente em formação que, na perspectiva da classe dominante, a educação tem como único propósito formar o indivíduo técnica, social e ideologicamente para o mercado de trabalho, subordinando-o e desqualificando-o do processo histórico. Dessa forma, a função social da educação visa atender as exigências do modo de produção capitalista, que tem como característica a individualidade que transforma em mercadoria o trabalho e os recursos naturais, visando à obtenção de lucro.

Acessar a escola pública garante à classe trabalhadora o saber sistematizado e acumulado historicamente pelo conjunto dos homens, fato que amplia as consciências dos indivíduos e pode levar a humanidade a outro patamar de entendimento de coletividade. A Educação do Campo é um movimento que busca romper com a lógica de que o campo é um “[...] lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente” (Caldart, 2008, p. 71).

## Organização pedagógica da extensão

### Seminário de Integração

Este tópico apresenta as experiências pedagógicas desenvolvidas no Seminário de Integração realizado nos cursos de formação de professores do campo da UFMS e UFGD. Essa ação teve como princípio articular a formação científica com a formação política, visando ao fortalecimento coletivo para enfrentar as constantes interferências curriculares e ideológicas que o capital exerce historicamente na Educação do Campo.

As experiências socializadas estimularam os acadêmicos das licenciaturas em Educação do Campo do estado do MS a perceberem que eles se encontram imersos em realidades de diversidade: envolve indígenas, quilombolas, assentados, ribeirinhos e produtores familiares, caracterizados por diferentes culturas, misticismos, saberes populares e tradições, além de problemas e desafios sociopolíticos que devem ser estudados dialeticamente no âmbito escolar, visando interferir na realidade de seu território. Trata-se de um processo dialético de conhecimento da realidade, de forma que a criticidade e os temas abordados possam alterar e transformar a realidade por meio do plano do conhecimento e no plano histórico social (Frigotto, 1989).

Os fatos sociais devem ser analisados considerando a totalidade conceitual, aproximando-se do real, pois, segundo Marx e Engels (1986), a produção de ideias e a representação da consciência estão diretamente relacionados à atividade material e com o intercâmbio material, já que “[...]. os homens são produtores de suas representações, de suas ideias” (Marx, Engels, 1986, p. 36).

O professor do campo em formação é estimulado a interpretar a vida humana, a subjetividade e a realidade concreta, pois são seres humanos formando seres humanos. “É preciso ter presente que ela é uma intervenção na direção formativa do ser humano, quer pela relação pedagógica pessoal, quer no âmbito da relação social coletiva”. (Gatti *et al.* 2011, p. 26). Assim, a vida real dos futuros docentes do campo deve ser pautada no constante embate com o agronegócio, com o latifúndio, com a disputa por terra e toda a violência que isso gera aos camponeses; nas discussões que apontem as condições de trabalho e de permanência no seu território; na luta pela ampliação e manutenção das escolas do campo.

É imprescindível ressaltar que

[...] a educação acontece em todos os momentos e ações, desde a participação das crianças, das mulheres, dos jovens e dos idosos, construindo novas relações e consciências até a participação nas marchas, assembleias, cursos, caminhadas, trabalhos voluntários, gestos de solidariedade, ocupações, mobilizações. (MST, 2002, s. p.)

O referido seminário preza pelo entendimento de que o ato educacional vai além do aprender e do ensinar os conteúdos formais, já que os futuros educadores do campo devem incentivar a leitura e a escrita da realidade da vida, mobilizando toda a comunidade para contrapor-se ao modelo educacional organizado pelo Estado, que tem como objetivo a conformidade e a integração do mundo baseado no mercado.

A vida humana e a natureza estão ameaçadas pela instrumentalização do projeto neoliberal de campo, tais como o agronegócio, a mineração, a extração de madeira e os grandes empreendimentos, que reproduzem as formas de acumulação do capital, fazendo dos territórios alvo constante de desterritorialização, reproduzindo um padrão de poder colonial.

A dinâmica pedagógica planejada para expor as condições em que se encontram as licenciaturas da UFMS e UFGD se efetivaram pelas seguintes etapas:

1 – Diálogo de abertura do seminário com o tema: “Educação, organização e resistência”, proferido por docentes, acadêmicos indígenas, quilombolas, assentados e pequenos produtores, com o intuito de socializar as vivências de cada universidade.

2 – Socialização discente, expondo suas perspectivas na atuação das escolas do campo.

## Análise e discussão dos tópicos

Ambas as universidades são marcadas pela presença de acadêmicos indígenas das etnias Terena, Guarani e Kaiowá, comunidades ameaçadas pela omissão do Estado em relação à demarcação de seus territórios, além de constantes confrontos armados com as forças de repressão estatal e representantes do agronegócio.

As acadêmicas indígenas da Aldeia Buriti, localizada no município de Dois Irmãos do Buriti, relataram suas experiências vividas durante a reintegração de posse da Fazenda Buriti, no dia 30 de maio de 2013, durante confronto entre polícias e indígenas. O fato culminou na morte, causada por disparos de arma de fogo, do Terena Oziel Gabriel. “A família e os povos Terena cobram das autoridades federais a identificação e punição ao responsável pelos disparos que o mataram” (Forum, 2013, s.p.).

A polícia chegou e foi uma verdadeira guerra. Eles chegaram atirando, descendo bala, com muito gás lacrimogêneo e violência. Não teve diálogo, eles nem conversaram”, afirma um dos caciques que está com medo de se identificar, pois foi uma das lideranças presas no dia do confronto. (Forum, 2013, s.p.)

Segundo as acadêmicas, o objetivo das retomadas não é conquistar novos territórios, mas sim usufruir dos territórios que lhes foram tomados no passado e que, ainda

hoje, independente das mobilizações que possam fazer, não resulta na interferência do Estado no processo. Porém, as ações isoladas dos indígenas causam reações violentas da burguesia agrária sobre eles.

O poder econômico e político do agronegócio exerce influências no estado de MS para a aprovação de leis que atendam as suas demandas. A pressão sobre o Estado para omitir o direito dos povos indígenas, deixando-os sem representação política, os obrigam a planejarem e executarem ações independentes para acessar suas terras, sendo as retomadas de terra a forma encontrada pelos indígenas para chamar a atenção da sociedade para o descaso da autoridade estatal com os povos indígenas.

Segundo Eloy Amado (2019):

Em 2013, ano no qual foram realizadas diversas retomadas de terra no estado, foi convocado pelos ruralistas o Leilão da Resistência, organizado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), com o apoio da bancada ruralista do Congresso Nacional e do próprio governador do estado Reinaldo Azambuja (PSDB). Tido como grande ato político em defesa dos agricultores da região, tinha como fim maior a arrecadação de fundos para a formação de uma grande milícia armada para fazer a segurança de propriedades rurais e promover ataques a comunidades indígenas. (p. 160)

Os conflitos de territórios também foram eixo de debate por parte das acadêmicas residentes no Quilombo Furnas do Dionísio, localizado na cidade de Jaraguari (MS). Segundo elas, no estado do MS existem vinte e cinco



comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos, porém apenas três receberam, no ano de 2000, a titulação de certificação quilombola – no entanto, a área titulada não corresponde ao total reivindicado pela comunidade.

É o caso de Furnas do Dionísio, que possui a titulação, mas não tem acesso à totalidade do território devido a ações judiciais propostas por fazendeiros da região, requerendo terras que estão dentro do quilombo por falta de pagamento indenizatório exigido pelo Estado.

A ausência de titulação ameaça o desenvolvimento das comunidades quilombolas, já que, sem esse reconhecimento, as comunidades não têm acesso a políticas públicas que, para serem aprovadas, dependem do processo finalizado. Além disso, essa ausência de titulação prejudica a autonomia de defesa dos territórios, deixando-os desprotegidos contra a ameaça de desmatamento, que ocasiona degradação florestal e incêndios, fatos que inviabilizam o modo de vida tradicional.

O referido quilombo também reivindica o reconhecimento da unidade escolar como educação quilombola, com um currículo que valorize sua história e sua cultura e que seja desenvolvido por docentes originários da própria comunidade. A situação atual não condiz com a realidade, pois somente três funcionários da escola são oriundos de quilombos; os demais se deslocam da cidade para desenvolverem suas atividades na comunidade.

A educação quilombola é fundamental para que o aluno compreenda sua história e possa interferir na realidade de sua comunidade. Essa adequação tem como propósito oferecer os conteúdos programáticos aos alunos e também integrá-los à cultura e às tradições afro-brasileiras.

É necessário a formulação de um projeto político-pedagógico que proporcione aos filhos dos quilombolas discussões a respeito da temática negra e das críticas ao racismo, bem como valorize a sua historiografia. Esses temas podem formar pessoas pretas conscientes de sua origem, de sua cultura e dos seus valores ontológicos para contrapor-se frente à sociedade racista brasileira.

Relatos dos acadêmicos moradores do assentamento Marcos Freire, localizado na cidade de Dois Irmãos do Buriti, abordam a expansão do modelo produtivo de monocultura, principalmente lavouras de soja e milho, o que modifica a relação de trabalho camponesa. A agricultura familiar, mesmo se posicionando em uma perspectiva contra-hegemônica de praticar relações produtivas e socioculturais, principalmente na mentalidade da agroecologia, está sendo disputada e influenciada pelo modo de produção capitalista.

Segundo Moura (1986):

A extensão do capitalismo no campo não se dá simplesmente pelo advento das relações de produção baseadas na compra e venda da força de trabalho – portanto na expropriação dos meios de produção do camponês. Na verdade, o capitalismo se estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra. A renda territorial capitalizada vincula imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos da reprodução ampliada do capital e as leis do mercado. O camponês passa a se vincular ao movimento do capital, na condição de produtor de mercadorias ou mesmo de trabalhador para o capital industrial, mesmo que continue habitando sua parcela de terra. (p. 64-65)

A produção pautada na diversidade, na preservação da natureza e na coletividade vem sendo substituída pelo modelo oriundo do agronegócio, que pratica a expulsão dos camponeses de seus territórios para produzirem monoculturas altamente tecnológicas, que dependem do uso de agrotóxicos. A consequência disso é a “[...] mercantilização, um padrão de produção e consumo que modifica a sua trajetória cultural e altera intensamente suas bases materiais produtivas” (Tardim, 2012, p. 85).

A mudança de perspectiva camponesa é fortalecida pelo viés ideológico difundido na mídia capitalista com suas campanhas publicitárias exaltando o agronegócio como sendo o responsável pela riqueza brasileira. A burguesia agrária utiliza-se da educação para disseminar sua ideologia, financiando projetos educacionais a serem desenvolvidos em escolas públicas do campo. Sendo assim, “[...] as empresas produzem materiais

didáticos e de apoio ao ensino, nos quais divulgam sua visão de campo e de desenvolvimento do país” (Chã, 2018, p. 62).

A expansão do agronegócio nos assentamentos transformou os meios de produzir a vida e a forma de sociabilidade das famílias, “[...] seja pela pressão por arrendamentos das terras, acentuando o trabalho externo das famílias assentadas como consequente venda de lotes, dificultando o trabalho político-organizativo e técnico produtivo” (Martins, 2019, p. 83).

A partir desses relatos, percebe-se que o referido seminário tem como finalidade a formação intencional de professores do campo, pois implica reflexões críticas sobre o que devemos aprender, como devemos aprender e a serviço de quem estamos aprendendo. Cabe aos futuros docentes desenvolverem ações educacionais adequadas, pautadas em metodologias vinculadas ao mundo vivido pelos sujeitos que fazem sua própria história.

A realização do seminário foi importante para a autonomia intelectual dos acadêmicos, possibilitando a articulação entre a teoria e a prática. Possibilitou também uma abordagem dos conhecimentos enraizada nos valores culturais, organizativos, políticos, pedagógicos e sociais.

A difusão de conhecimentos entre as universidades formadoras de professores do campo é uma ação da pedagogia da alternância, de expressiva importância para a formação dos futuros profissionais. Essa dinâmica permite vivenciar junto com a comunidade, os

fatos reais que interferem na produção da vida material e, consequentemente, no planejamento educacional.

O diálogo entre as universidades permite a reflexão sobre as experiências vivenciadas e estabelece relações com os diversos componentes curriculares e, além disso, realiza articulações entre a ciência e a prática, permitindo a elaboração de estratégias pedagógicas para difundir o conhecimento. Cabe considerar, também, que a prática do seminário integrativo fomenta o espírito de pesquisador e proporciona a conscientização de pertencimento da classe trabalhadora.

[...] a Viagem de Estudo, demonstram um resultado imediato, acontecendo em um espaço geográfico mais próximo e de acordo com o tema de estudo e o roteiro da visita comparado ao da Viagem de Estudo é mais específico; já que na Viagem o educando não é direcionado a um local e sim a uma região ou vários locais dentro do trajeto e de acordo com o tema gerador estudado, procura contemplar o conjunto de temas de estudo da série/ano, no sentido de reorganizar os conhecimentos adquiridos no ano letivo, comparar com as concepções atuais e fazer projeções. (Benísio, 2018, p. 35).

O instrumento pedagógico planejado nessa prática enriqueceu a formação acadêmica, pois dinamizou o ato de aprender e compreender a realidade, ampliando a percepção de mundo e a fragilidade a que os povos indígenas, os quilombolas e os sem-terra são submetidos pela lógica do capital.

As discussões proporcionaram reflexões significativas, permitindo o aprofundamento da teoria

socializada nas aulas da LEDUCAMPO/LEDUC. Percebe-se que os acadêmicos compreenderam as tensões e as transformações históricas que homem do campo sofre para manter os seus saberes culturais.

Os acadêmicos compreenderam que a função social da escola vai além da formação para o mercado de trabalho, objetivo expresso na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (LDB). O ensino formal deve dialogar com os processos sociais vividos pelos camponeses para apoiar a sua luta pelo território e contribuir para acabar com o processo de alienação orquestrado pelo modo de produção capitalista.

Percebe-se no diálogo com os acadêmicos o entendimento de que, para os apologistas burgueses, o Estado é a instância responsável por mediar de forma imparcial os conflitos entre as classes. Porém, levando em consideração a tese marxiana, o Estado é o órgão responsável pela dominação e pela opressão de uma classe sobre a outra, cuja função se manifesta como a ordem que legaliza e garante tal opressão, de forma que a classe que domina a sociedade economicamente é a classe que domina o Estado (Marx; Engels, 1998).

Por esta perspectiva, na atual fase do modo de produção capitalista, a burguesia, detentora dos meios de produção, se apropria do Estado a fim de defender seus interesses econômicos. Os administradores estatais assumem a função de impulsionar a economia para consolidar a expansão do capital, o que, por sua vez,

favorece os interesses privados em detrimento dos interesses coletivos (Saviani, 2007).

Evidentemente, o Estado é o controlador do processo educativo, porém esse controle não é hegemônico, pois tanto a sociedade quanto a escola burguesa são contraditórias. É por meio dessa categoria que as lutas de classes e seus interesses intervêm nessa lógica. Dessa forma, o professor, consciente da sua condição de intelectual revolucionário, pode desenvolver uma educação que propõe informar aos filhos dos trabalhadores do campo que os homens somente serão livres se houver outra base material: a que lhes dê acesso aos bens materiais e espirituais, satisfazendo nossas necessidades humanas.

## Considerações Finais

A integração entre as licenciaturas em Educação do Campo das Universidades Federais do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da extensão, visando aproximar suas lutas e difundir o conhecimento educacional, possibilitou a compreensão dos acadêmicos sobre a necessidade de ações que inter-relacionam a escola, os alunos e a comunidade.

A prática de aproximar-se e apropriar-se da realidade e do patrimônio cultural dos povos do campo, das águas e das florestas configura-se como um processo pedagógico comprometido com a construção de uma

sociedade em que o ser humano e suas necessidades devem ser o foco da Educação do Campo.

A consolidação científica difundida nas universidades, aliada ao conhecimento da realidade social camponesa, amplia a reflexão das tensões e das contradições presentes na comunidade escolar. Essa dinâmica pedagógica permite que os acadêmicos não se tornem professores submissos às imposições da lógica capitalista, mas, ao contrário, exerçam a docência na perspectiva de formar os espíritos, visando à emancipação que defenda os interesses de sua comunidade, respeitando sua singularidade e sua cultura, e que lute pela ampliação e manutenção da Educação do Campo.

O materialismo histórico, considerado o referencial teórico da Educação do Campo,

[...] nos leva à compreensão do processo de expropriação da terra e dos meios de subsistência do trabalhador, bem como sobre o papel da educação enquanto aparelho ideológico de Estado que, cotidianamente contribui, tanto para o processo de expropriação e exploração do trabalho humano pelo capital, como para a luta contra o processo de alienação, próprio do capitalismo. (Neto; Basso, 2011, p. 37)

As atividades propostas na referida ação revelaram que as dificuldades materiais que os camponeses enfrentam originam-se a partir da instauração do modo de produção capitalista, que os expulsou de seus territórios,



coagindo-os a migrar para centros urbanos sob pena de tortura e escravidão (Marx, 1996, p. 339-340).

As reflexões realizadas pelo coletivo da LEDUCAMPO/LEDUC reforçaram a necessidade da união da classe trabalhadora para enfrentar a lógica do modo de produção capitalista e a hegemonia burguesa. Conforme defendem Marx e Engels (1998, p. 51): “[...] trabalhadores do mundo, uni-vos, vós não tendes nada a perder a não ser vossos grilhões”.

## Referências

- AMADO, L. H. E. **VUKÁPANAVO - O DESPERTAR DO POVO TERENA PARA OS SEUS DIREITOS: MOVIMENTO INDÍGENA E CONFRONTO POLÍTICO**. 2019. TESE (DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL) – MUSEU NACIONAL, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, 2019.
- ARRUDA, FÁBIO. ÍNDIO BALEADO EM FAZENDA DE MS RETORNA APÓS 52 DIAS INTERNADO NO DF. **G1 MATO GROSSO DO SUL - TV MORENA**, 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://G1.GLOBO.COM/MATO-GROSSO-DO-SUL/NOTICIA/2013/08/INDIO-BALEADO-EM-FAZENDA-DE-MS-RETORNA-APOS-52-DIAS-INTERNADO-NO-DF.HTML](https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/08/indio-baleado-em-fazenda-de-ms-retorna-aos-52-dias-internado-no-df.html). **REVISTA FÓRUM**. ACESSO EM: 15 AGO. 2024.
- BARTOLOMÉ, M. A. **As ETNOGÊNESES: VELHOS ATORES E NOVOS PAPÉIS NO CENÁRIO CULTURAL E POLÍTICO**. MANA, v.12, n. 1, p. 39–68, 2006. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/MANA/A/fGbd5TshWkbCXScWRZt9hGH/ABSTRACT/?LANG=PT](https://www.scielo.br/j/mana/a/fGbd5TshWkbCXScWRZt9hGH/abstract/?lang=pt). ACESSO EM: 14 JUL. 2024.
- BENÍSIO, JOEL DUARTE (ORG.). **MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**. MEDIAÇÕES DIDÁTICAS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. PIÚMA-ES: MEPES, 2018.
- BRASIL. **LEI N. 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. BRASÍLIA, DF, 1996.
- CALDART, R. S. SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO. *IN*: SANTOS, C. A. (ORG.). **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMPO POLÍTICAS PÚBLICAS**. EDUCAÇÃO. BRASÍLIA/DF: INCRA/MDA, 2008. p.67-87.
- CHÃ, A. M. **AGRONEGÓCIO E A INDÚSTRIA CULTURAL: ESTRATÉGIA DAS EMPRESAS PARA A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA**. SÃO PAULO: EDITORA EXPRESSÃO POPULAR, 2018.
- COLETIVO DE AUTORES. **METODOLOGIA DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA**. SÃO PAULO: CORTEZ, 1992.
- FORUM. **ÍNDIOS TERENA RELATAM TERRORISMO EM CONFLITO DA TERRA INDÍGENA BURITI (MS)**. 2013. DISPONÍVEL EM: [HTTPS:// REVISTA FÓRUM](https://revistaforum.org.br/2013/08/indios-terena-relatam-terrorismo-em-conflito-da-terra-indigena-buriti-ms/). ACESSO EM: 20 AGO. 2024.
- FRIGOTTO, G. O ENFOQUE DA DIALÉTICA MATERIALISTA HISTÓRICA NA PESQUISA EDUCACIONAL. *IN*: FAZENDA, I. C.A. (ORG.). **METODOLOGIA DA PESQUISA EDUCACIONAL**. SÃO PAULO: CORTEZ, 1991. p. 71-90.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **POLÍTICAS DOCENTES NO BRASIL: UM ESTADO DA ARTE**. BRASÍLIA: UNESCO, 2011.

**JUIZ NEGA INDENIZAÇÃO À FAMÍLIA DE INDÍGENA MORTO EM DESOCUPAÇÃO**. CAMPO GRANDE NEWS, 2018. DISPONÍVEL EM:  
[HTTPS://WWW.CAMPOGRANDENews.COM.BR/BRASIL/CIDADES/JUIZ-NEGA-INDENIZACAO-A-FAMILIA-DE-INDIGENA-MORTO-EM-DESOCUPACAO](https://www.campoGrandenews.com.br/brasil/cidades/juiz-nega-indenizacao-a-familia-de-indigena-morto-em-desocupacao). ACESSO EM: 20 JUL. 2024.

MAFRA, J. F.; CAMACHO, C. M. P. PAULO FREIRE E O MATERIALISMO HISTÓRICO: UM ESTUDO DE “EXTENSÃO OU COMUNICAÇÃO?”. **REVISTA PEDAGÓGICA**, [S. L.], v. 19, n. 41, p. 118–136, 2017. DISPONÍVEL EM:  
[HTTPS://BELL.UNOCHAPECO.EDU.BR/REVISTAS/INDEX.PHP/PEDAGOGICA/ARTICLE/VIEW/3800](https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3800). ACESSO EM: 4 JAN. 2025.

MARTINS, A. F. G. **A PRODUÇÃO ECOLÓGICA DE ARROZ E A REFORMA AGRÁRIA POPULAR**. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2019.

MARX, K. A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA. IN: MARX, K. **O CAPITAL: CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**, LIVRO I, TOMO II. TRADUÇÃO RÉGIS BARBOSA E FLÁVIO R. KOTHE. SÃO PAULO: NOVA CULTURAL, 1996. p. 339-394. COLEÇÃO Os ECONOMISTAS.

MARX, K. **CRÍTICA DA FILOSOFIA DO DIREITO DE HEGEL**. SÃO PAULO: BOITEMPO, 1993.

MARX, K.; ENGELS, F. **MANIFESTO COMUNISTA**. SÃO PAULO: BOITEMPO, 1998.

MOURA, M. M. **CAMPONESES**. SÃO PAULO: ÁTICA, 1986.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **REVISTA EM ABERTO**, BRASÍLIA, v. 24, n. 85, p. 17-31, 2011. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://DOI.ORG/10.24109/2176-6673.EMABERTO.24i85.2483](https://doi.org/10.24109/2176-6673.EMABERTO.24i85.2483)

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O MST E A EDUCAÇÃO**. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.MST.ORG.BR/SETORES/EDUCACAO/EDUCAR.HTML](http://www.mst.org.br/setores/educacao/educar.html), 2002. ACESSO EM: 10 JUL. 2018.

NETO, L. B.; BASSO J. D. MARXISMO, CAMPO E EDUCAÇÃO. **GERMINAL: MARXISMO E EDUCAÇÃO EM DEBATE**, LONDRINA, v. 3, n. 2, p. 36-45, DEZ. 2011. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFBA.BR/INDEX.PHP/REVISTAGERMINAL/ARTICLE/VIEW/9451/6883](https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9451/6883).

ACESSO EM: 12 ABR. 2024.

SAVIANI, D. TRABALHO E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E HISTÓRICOS.

**REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO**, v. 12 n. 34 JAN./ABR. 2007. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/RBEDU/A/WBnPGNkvstzMTLYkMXDrkWP/?format=pdf&lang=p](https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkMXDrkWP/?format=pdf&lang=p) ACESSO EM: 18 JAN. 2024.

TARDIN, J. M. CULTURA CAMPONESA. *IN*: CALDART, R. (ORG.). **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

UFRB. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÕES EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA**. FEIRA DE SANTANA, 2013. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://UFRB.EDU.BR/CETENS/DOCUMENTOS/CATEGORY/17-LICENCIATURA-EM-EDUCACAO-NO-CAMPO?DOWNLOAD=10:PPC-LEDOC](https://ufrb.edu.br/cetens/documentos/category/17-licenciatura-em-educacao-no-campo?download=10:ppc-ledoc). ACESSO EM: 24 ABR. 2024.